

A expansão territorial e econômica no século XIX e a questão da Fronteira no imaginário norte-americano

Aula 9, Textos base:

KARNAL, Leandro. *Inventando a nova nação*. In: História dos Estados Unidos. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.101-115.


OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A América e a Fronteira: Turner e Roosevelt*. In: *Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.127-147.

A- Ideias gerais do texto

A expansão norte-americana em direção ao Oeste, no século XIX, ultrapassou fronteiras naturais e culturais, ao abarcar uma área cinco vezes maior em relação ao território existente, no início da independência norte-americana, em 1776. Isso ocorreu por meio de políticas públicas que estimularam o extermínio das populações indígenas, a ocupação do território por imigrantes brancos e o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Os textos que nos auxiliam para a melhor compreensão desse processo são: o texto introdutório ao tema do professor de História da Unicamp Leandro Karnal e o da pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Lúcia Lippi de Oliveira sobre os significados da fronteira para a constituição da identidade nacional norte-americana.

Antes, é preciso recordar que a independência norte-americana adquiriu um sentido revolucionário ao romper os laços com a metrópole inglesa e constituir uma nação com bases institucionais pautadas na liberdade individual, no sistema republicano democrático e no estímulo ao desenvolvimento do capital. Recorde, por exemplo, os conteúdos relativos à Declaração de Independência, em 1776, e a Constituição Americana promulgada em 1787. Essas conquistas - por mais questionáveis que sejam, quando pensamos na permanência da escravidão, na marginalização dos indígenas e no preconceito contra as mulheres na vida pública - revelam um avanço em relação aos sistemas políticos extremamente autoritários e aristocráticos daquela época.



O Estado moderno liberal que se formou com a união das Treze Colônias tinha como objetivo a expansão gradativa do capitalismo por meio do sistema de *plantation*, entre outros fatores.

Sua ênfase era dada no estímulo à produção em larga escala do algodão, do tabaco, do açúcar e do arroz, feita com mão de obra escrava no Sul e no Oeste do país. Havia também o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, principalmente ao Norte, com a formação de fábricas de vidro, borracha, lã, couro, armas de fogo; a construção de estradas de ferro, barcos a vapor, além da descoberta de novas técnicas agrícolas. Dentre elas, estava o descaroçador de algodão, em 1793, cujos resultados multiplicaram os lucros de muitos proprietários de terras, comerciantes e industriais.

Vale dizer que esse processo de expansão do território e de desenvolvimento do capitalismo foi extremamente conflituoso, permeado por acordos, guerras e violência. Entre 1812 e 1814, por exemplo, a Inglaterra tentou novamente retomar, sem êxito, as ex-colônias ao invadir os Estados Unidos. Em 1823, o país

com receio das políticas conservadoras da Santa Aliança, que nutria interesse em reaver as possessões americanas perdidas pela Espanha e Portugal, declarou a “Doutrina Monroe”, em defesa da não interferência da Europa na América. A doutrina, conhecida também pelo *slogan* “*A América para os americanos*”, se tornou ambígua na América Latina, ao ser vista como uma justificativa norte-americana de interferir e até invadir, sempre que considerasse plausível, a América Latina.

A percepção negativa acerca do expansionismo norte-americano não foi gratuita. Em 1836, os Estados Unidos anexou o Texas, recém-independente do México, e, em 1946, declarou guerra contra o México, obrigando-o a perder mais da metade do seu território em troca de uma indenização irrisória. Somado a isso, o país comprou o Oregon da Inglaterra; a Louisiana da França; a Flórida da Espanha; o Alasca da Rússia; tomou a Indonésia da Espanha; invadiu a Nicarágua; apoiou as independências de Cuba e Porto Rico (1898), expandindo o território e suas possibilidades de desenvolvimento econômico.

A ideia de predestinação norte-americana - muito presente no discurso político e religioso da nação - era parte constituinte do projeto ideológico que difundiu a ideia de que o sentimento nacional americano se desenvolvia na medida das conquistas individuais e coletivas dos grandes espaços de fronteira, como o Oeste do país. A construção da ideologia nacional norte-americana capaz de desenvolver sentimentos comuns a uma população que falava diferentes línguas, proferia distintas religiões, possuía interesses econômicos diversificados e princípios morais divergentes foi uma espécie de “mito fundador” da nação.

Segundo Lucia Lippi, “o mito da fronteira” esteve vinculado à crença de uma terra prometida, destinada ao sucesso, trabalhada por homens brancos e protestantes virtuosos, que a conquistaram por direito divino e natural.

O romantismo foi, sem sombra de dúvida, um movimento que contribuiu com “o mito da fronteira” por meio de suas expressões artísticas e literárias, legitimando, assim, as transformações do espaço social e simbólico do país.

Com efeito, o lado obscuro da construção mítica do romantismo foi a ausência de uma preocupação em incluir os indígenas nessa sociedade e o silêncio em relação ao fato de alguns estados norte-americanos manterem a escravidão africana.

O governo central oficializou o extermínio ou a remoção das populações indígenas em políticas como as implementadas pelo democrata Andrew Jackson, que promulgou a “Lei de Remoção dos Índios”, em 1830. O intuito era o de ocupar as terras existentes para o cultivo agrícola e ultrapassar as fronteiras naturais representadas pelos românticos como um espaço vazio, aberto, tranquilo, ou seja, digno de ser conquistado.

Ao final do século XIX, artistas e intelectuais passaram a fomentar, assim, esse “mito da fronteira”, criando histórias e imagens de um momento grandioso, no qual o homem americano descobriu as suas virtudes e superações no desafio expansionista, no conflito com o “outro” e no controle da natureza.

No final do século XIX, o historiador norte-americano Frederick Turner, juntamente com outros estudiosos progressistas, contribuiu para essas visões ao desenvolver a ideia da excepcionalidade norte-americana. Ele trabalhou a noção de que os colonos brancos e protestantes chegaram à América e decidiram criar uma república democrática capaz de ser espacialmente ampliada. É a ideia de um povo predestinado que construiu um ambiente democrático em um espaço natural amplo e livre: um ambiente à espera de ser conquistado.

Segundo Lucia Lippi, essa interpretação mítica sobre a fundação norte-americana e sobre o caráter do americano foi moldada com a expansão para o Oeste e predominou na historiografia oficial norte-americana pelo menos até a



Segunda Guerra Mundial. A autora ressalta ainda que essa tese foi desenvolvida com afincos no momento de crise econômica e política após a Guerra Civil norte-americana (1861-1865), com o objetivo de reafirmar a necessidade da unidade nacional e da política democrática no país. Para a historiadora, no final do século XIX, Turner e o próprio presidente da época Theodor Roosevelt associavam

*"[...] a conquista do Oeste com a ideologia do excepcionalismo americano e com a missão dos Estados Unidos no mundo. Por volta de 1820, já era lugar comum ver a conquista do Oeste como a expansão da civilização contra a selvageria, da democracia contra a Tirania, assim como "válvula de escape" que tornou a luta de classes desnecessária na América. Agora, no final do século XIX, com o fim das terras livres, com o fim da fronteira, havia novamente riscos para a democracia, e é a partir desse contexto que vão ser construídos novos significados para a experiência histórica de fronteira."*¹⁸

A ideia de fronteira deve ser compreendida como um elemento natural e cultural que representa desafio, limite, conhecimento, conflito e encontro com o "outro". No caso norte-americano, a fronteira significou a crença da superioridade de brancos protestantes em relação à inferioridade de outras raças, como os indígenas, africanos e latinos. Nessa direção, o poder democrático norte-americano tinha os seus limites em relação ao "outro". Esses limites foram revistos ao longo da história norte-americana, por meio das lutas pelos direitos civis de indígenas, negros, mulheres, latinos... Enfim, por meio das lutas dos que acreditaram e acreditam que a busca pela vida, pela liberdade e pela felicidade seja um direito constitucional presente na Declaração da Independência (1776), que deve ser vivido plenamente por todos os cidadãos norte-americanos.

B-O tema em questão no livro didático

Leia a narrativa realizada por José Geraldo de Moraes acerca da expansão territorial norte-americana

A expansão territorial

"Com a solução dos problemas políticos internos e externos, os EUA partiram para a expansão de suas fronteiras, por meio de acordos amigáveis e de compra ou então com sangrentas guerras, como contra os indígenas e mexicanos.

Inicialmente Thomas Jefferson comprou da França o Estado da Louisiana em 1803. A Flórida foi comprada da Espanha em 1819. Entretanto, as medidas mais importantes para a expansão de suas fronteiras foram:

A marcha para o oeste – Realizada pelos pioneiros e incentivada pelo Estado. Nesta ocupação da região Oeste, inúmeras nações indígenas foram massacradas e dizimadas pela guerra, por bebidas e doenças, a maioria delas vindo a desaparecer. A conquista permitiu aos Estados Unidos a incorporação de milhões de quilômetros quadrados ao seu território e o acesso ao Pacífico. Os imigrantes europeus tiveram papel relevante na ocupação do Oeste a partir da década de 1840; milhares deles chegaram aos Estados Unidos com o sonho do rápido enriquecimento.

A conquista do Sudoeste – Em direção ao Sul, os Estados Unidos conquistaram o Texas (1845), o Novo México, a Califórnia, e o Arizona, através das guerras contra o México (1846-48).

A expansão territorial continuou nas décadas seguintes, com a compra da região de Gadsden (1853), do México, do Alasca (Rússia, 1867) e a anexação do Oregon, depois do acordo feito com a Inglaterra. Assim, ia se formando um país com dimensões continentais e potencialidades para se desenvolver internamente e alcançar a hegemonia política do continente".

MORAES, José Geraldo Vinci de. "A América no século XIX". In: Caminhos das civilizações: História Integrada – Geral e Brasil. São Paulo: Atual, 1998, p.282.

18 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "A América e a Fronteira: Turner e Roosevelt". In: Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.145.

Algumas questões para pensar

O texto sobre a expansão territorial dos Estados Unidos apresenta uma análise crítica sobre os fatos narrados? Como sabemos, a expansão norte-americana teve como efeito o extermínio das populações indígenas e a manutenção da escravidão africana. O texto mostra algum elemento nessa direção? Que tipo de desenvolvimento os Estados Unidos gerou com o seu projeto expansionista? Por que os Estados Unidos teve a possibilidade de se desenvolver a ponto de alcançar a hegemonia econômica no continente?

Algumas observações sobre o texto de José Geraldo de Moraes

Como visto nos textos, a conquista norte-americana teve como efeito a marginalização tanto das populações indígenas quanto das africanas em prol do “livre” desenvolvimento do capitalismo, que em longo prazo concentrou a renda e gerou muitos conflitos internos de cunho político, social e econômico. A expansão territorial norte-americana e sua hegemonia no continente de fato ocorreram, mas é preciso problematizar essas ideias para não correremos o risco de idealizarmos essas conquistas sem refletirmos sobre suas consequências.

Bibliografia completar sobre a fronteira

FOHLEN, Claude. “A fronteira: uma explicação da História Americana?”. In: *América Anglo-americana de 1815 à atualidade*. São Paulo Companhia das Letras, 1989, p.281-301.

MADER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e representações espaciais nas Américas no XIX. Rio Grande do Sul: UNISINOS. Vol.12, n.3, p.262-270, Setembro/Dezembro, 2008.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Natureza e identidade nacional nas Américas”. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 179-216.

SILVA, Claudia Luna. Fronteiras da cidade: limites do humano. Juiz de Fora: *Ipotesi*, vol.12, n. 1, p.63-73, jan./jul, 2008.